



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 10/2018 – de 11/05/2018 a 25/05/2018

NOME: _RICARDO RIBEIRO LOPES

(X) agente econômico
() consumidor ou usuário

() representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre nova regulamentação do credenciamento de firmas inspetoras visando a certificação de biocombustíveis, conforme a Lei nº 13.576, de 26/12/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.308, de 15/03/2018, ato este que, entre outros, dispõe sobre as atribuições da ANP no RenovaBio.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
8º II b)	certificado de treinamento na norma ISO 19011 – diretrizes para auditoria de sistemas de gestão –, ou auditor líder ISO 14001 - incluindo a comprovação de aprovação no exame fornecido por instituição acreditada;	Os cursos de formação de auditor líder ISO14001 (sistema de gestão ambiental) baseiam-se também na ISO19011. Um auditor líder 14001 certamente possui o conhecimento das diretrizes para auditoria de sistemas de gestão. Existem muito mais auditores com certificado ISO14001 do que ISO19011, portanto a redação atua gera uma restrição desnecessária.
8º II e)	experiência profissional de, no mínimo dois anos, no setor de biocombustíveis na área de produção agrícola ou processo químico industrial;	Não dá para dizer muito bem o que significa experiência profissional “ <i>no setor de biocombustíveis</i> ”. A produção de biocombustíveis tem 2 fases, agrícola e industrial. A parte agrícola não é “de biocombustíveis” pois a cultura de cana por exemplo, serve tanto para fazer etanol quanto para fazer açúcar. E o processamento industrial de biocombustíveis é um processo químico que não é muito diferente de outros processos químicos. Do jeito que está cria uma desnecessária espécie de reserva de mercado para profissionais que trabalharam apenas em lavoura de cana ou usinas de cana ou biodiesel. Deveria ser retirada podendo ser indicada experiência em processo químico ou em produção agrícola. Aí existem muito mais

		<p>peças disponíveis que podem atender.</p>
8º II d)	<p>registro de treinamentos específicos relacionados ao setor de biocombustíveis referentes às rotas de produção dos produtos indicados no art. 4º, I a IX, desta Resolução;</p>	<p>Se já são exigidos formação superior e no item acima, 2 anos de experiência profissional, porque exigir também estes treinamentos específicos?</p> <p>E, na mesma linha da justificativa acima, por que “<i>setor de biocombustíveis</i>” em vez de produção agrícola e processo químico industrial?</p>
8º II f)	<p>qualificação como auditor/inspetor de sistemas e produtos; de projetos de redução ou inventários de gases de efeito estufa</p>	<p>Um auditor de sistemas de gestão não tem idéia de como auditar um projeto de carbono ou inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa. Sei disso porque tenho qualificação e experiência como auditor líder ISO14001 e ISO9001 e auditor de gases de efeito estufa e trabalhei 10 anos com gerente de certificadora que certificava tanto sistemas de gestão quanto projetos de redução e inventários corporativos de gases de efeito estufa. A melhor para esta atividade é sem dúvida nenhuma a de auditor de gases de efeito estufa</p>
8º II g)	<p>experiência em práticas de auditoria/inspeção de gases de efeito estufa de no mínimo, dois anos, devidamente comprovada</p>	<p>Somente auditores de gases de efeito estufa maduros, com pelo menos 2 anos de experiência profissional (ou 50 projetos auditados com sucesso evidenciado por relatórios de validação verificação públicos) poderão fazer o serviço com a qualidade necessária.</p>
Art. 11.	<p>A firma inspetora deve ter instalações e equipamentos disponíveis, apropriados e adequados para permitir que todas as atividades associadas à inspeção sejam executadas de forma competente e segura.</p>	<p>Redação imprecisa. O que são equipamentos disponíveis e apropriados e adequados??</p> <p>As auditorias são realizadas em campo nas usinas, e portanto o que é realmente necessário? Uma equipe auditora competente que atenda todos os requisitos de qualificação do Art 8º? e talvez notebooks para preparar os relatórios de verificação e certificação.</p> <p>Entendo que as medições de umidade da biomassa por exemplo, ou conteúdo de N de fertilizantes, podem ser feitas por laboratórios internos do proponente, ou externos contratados por ele, desde que utilizando equipamento e procedimentos adequados com a devida calibração, etc. O papel da firma inspetora seria verificar se os dados do emissor primário ou de fornecedor de medições ou laboratório externo contratado por ele são confiáveis.</p> <p>Existe alguma medição ou teste que deveria ser feito pela firma inspetora? Não fica claro isso considerando a lista de</p>

		verificação das rotas e calculadora disponibilizadas. Favor detalhar que medições ou testes teriam que ser feitos pela firma inspetora (se algum).
Art. 11. § 1º	Os equipamentos de medição que tenham influência significativa nos resultados da inspeção devem ser verificados e calibrados antes de serem utilizados, e de acordo com as especificações do fabricante e programa estabelecido , e com padrões rastreáveis.	Considerando o comentário do artigo 11 acima, é realmente necessária que alguma medição direta seja pela firma inspetora (pela natureza da certificação entendo que não é)? Caso seja, favor detalhar que equipamentos seriam estes. Caso permaneça, a redação anterior permitia que o “o <i>programa estabelecido</i> ” fosse de menor frequência que a especificação do fabricante, só exigia que fosse antes de ser utilizados, e não pedia padrões rastreáveis da calibração.
Art. 11. § 2º	Quando necessária, a análise laboratorial (<i>interna ou externa</i>) deve ser efetuada mediante o emprego de normas técnicas editadas por organismo de normalização nacional ou internacional, se houver.	Considerando o comentário do artigo 11 acima, caso seja realmente necessária algum teste laboratorial pela firma inspetora, porque não permitir que esta possa subcontratar laboratórios especializados? Não tem sentido exigir que a firma inspetora tenha laboratórios próprios, o que seria uma grande restrição ao número de firmas que poderiam atender com qualidade o Renovabio.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da Consulta Pública.